

ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ - HUOP.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 151/2024

Data da abertura da sessão: 09/04/2024 às 09h00min

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial com filial estabelecida na Rua Gertrude Henck Fritgen, 249 – Cidade Industrial, Maringá/PR, CEP 87055-406, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0041-06, doravante denominada **RECORRENTE**, por intermédio de seu procurador que a esta subscreve, com fundamento no Art. 168 da Lei nº 14.133/2021, vem, respeitosamente e tempestivamente, **INTERPOR RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão do Sr. Pregoeiro que declarou **VENCEDORA** a empresa **ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA.**, doravante denominada **RECORRIDA**, requerendo que seja este recebido e, após analisado, seja reformada a decisão proferida ou faça-o subir à Autoridade Superior, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, garante que:

“Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;” (g/n)

Com base nesta garantia constitucional, a **RECORRENTE** pede vênia a esta Douta Comissão de Licitação para apresentar seus memoriais de recurso contra a decisão da Nobre Julgadora que declarou a **RECORRENTE** Inabilitada e desclassificada na licitação em referência, pelas razões que serão abaixo aduzidas.

Impede evidenciar que as razões que serão aqui apresentadas encontram respaldo nos princípios e normas que regem o processo licitatório e no entendimento pacificado dos nossos mais ilustres juristas, razão pela qual o presente recurso não tem por objetivo procrastinar o regular andamento do processo licitatório em referência, mas tão somente garantir que os atos administrativos sejam realizados de forma a observar e cumprir os ditames legais que regulam o procedimento da licitação.

Sendo assim, conforme será fundamentado a seguir, a decisão da Nobre Julgadora merece ser reformada, como forma de garantir a mais lúdima e impostergável JUSTIÇA.

## **II. DOS FATOS.**

Na data de 09 de abril de 2024 houve abertura do certame modalidade Pregão Eletrônico n.º 151/2024, cujo objeto é “a aquisição de gases medicinais para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.”

Resultou como arrematante a empresa Recorrida **ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA** e, após a análise dos documentos foi declarada habilitada e vencedora. Porém, temos que discordar da análise do Ilmo. Pregoeiro sobre a documentação da empresa Recorrida, pois, como iremos discorrer, ocorreram vícios insanáveis, resultando em **NÃO ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** pela Recorrida, conforme apontaremos a seguir.

## **III. SOBRE O PARECER EQUIVOCADO DA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA**

Primeiramente, temos que mencionar que esta Administração Pública deve seguir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório em sua totalidade, ou seja, é dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado no ato convocatório, especialmente aqueles que comprovem a regularidade fiscal-trabalhista, qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira dos licitantes.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação, assim corrobora a Lei de Licitações a seguir:

**“LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021**

***Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:***

(...)

*II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*

## **CAPÍTULO VI**

### **DA HABILITAÇÃO**

*Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:*

*I - jurídica;*

*II - técnica;*

*III - fiscal, social e trabalhista;*

*IV - econômico-financeira. (g/n)*

## **IV. DO MÉRITO - DA ILEGALIDADE DO ATO DE HABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA**

Ultrapassadas a análise das questões fáticas, inicia-se a demonstração do direito, a fim de realizar o silogismo necessário à compreensão do caso.

Prevê o Art. 5º, “caput” e inciso LIV da Constituição Federal:

*Art. 5º **TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa **SENÃO EM VIRTUDE DE LEI**;*

Corroborando, aduz o Art. 37 do diploma ordenador:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

Da mesma forma, o artigo 2º da Lei nº 9.784/99:

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da **LEGALIDADE**, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Trata-se do Princípio da Legalidade, pilar do ordenamento jurídico pátrio e intrínseco à ideia de Estado de Direito, motivo pelo qual ele próprio submete-se às normas fruto de sua criação.

Princípio responsável por disciplinar direitos e deveres e, portanto, limitar a conduta dos indivíduos, a fim de garantir a todos, de forma igualitária, a observância a direitos e garantias fundamentais.

Para tanto, sabendo que a igualdade é alcançada na medida que tratam-se sujeitos diferentes de forma desigual, referido princípio se divide para alcance do fim almejado.

Daí porque **a legalidade do Estado não pode ser a mesma do sujeito privado, objeto de aplicação das suas próprias normas**. É o que entende Henrique Savonitti Miranda, que compara a aplicação do princípio ao ente privado face a autonomia da Administração:

*“O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como “dono”, que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo. Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa. Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.”<sup>1</sup>*

Assertivas que resultam no famoso entendimento de Hely Lopes Meirelles, de que: **“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”<sup>2</sup>**

## V. PRELIMINARMENTE

### VI. DA INSTABILIDADE NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO

Na disputa de preços do presente certame, a Recorrente teve obstada a permissão para envio de lances no Portal de Compras do Governo para o item 05.

Neste Sentido, a plataforma de compras apresentou instabilidade no ato da sessão, impossibilitando a Recorrente de ofertar os lances na disputa de preços, sendo certo que neste íterim, de instabilidade, o sistema fechou o acesso para a Recorrente, impedindo-a de prosseguir com a disputa de preços para o item 01 quando a Recorrida havia efetuado o seu lance.

<sup>1</sup> MIRANDA, Henrique Savonitti. Curso de direito administrativo. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>2</sup> MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

Diante do ocorrido, a empresa responsável pelos lances da Recorrente, assim se posicionou:

Srs.

Boa tarde!

Conforme contato anterior, segue a situação referente Pregão Eletrônico nº 90151/2024 - UASG 926277, do Hospital Universitário da Unioeste (HUOP):

Vencemos a etapa de lances com o valor de R\$ 40,08, fugindo os 5% da margem de preferência da ME/EPP da segunda colocada, que estava com o valor de R\$ 50,50.

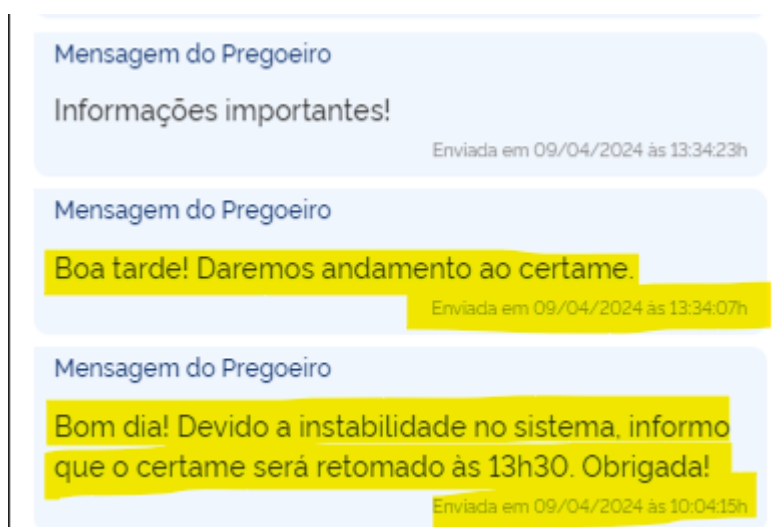
Após o encerramento o pregoeiro reabriu a disputa para as demais colocações, ocasião em que a empresa posicionada em segundo lugar, enviou o lance de R\$ 49,50, enquadrando-se na margem dos 5%.

Durante a reabertura, o sistema não permite que o primeiro colocado envie lances, portanto, neste momento não poderíamos enviar uma nova oferta para nos distanciar.

Encerrado o prazo de reabertura, o sistema entendeu que havia uma ME/EPP posicionada dentro dos 5% e abriu o prazo de 5 minutos para que ela pudesse ofertar um novo lance, prazo no qual a concorrente Ecológica Oxigênio Ltda., enviou o valor de R\$ 48,00.

Possivelmente houve uma instabilidade por parte do sistema ComprasNet, já que após encerrada a disputa em situações anteriores, ainda que Micro e Pequenas Empresas se posicionado após encerrado a etapa de lances e se tratar de uma disputa apenas para as colocações, o sistema não abria o prazo de 5 minutos em cumprimento da Lei Complementar 123/06.

Há que se observar que o próprio Pregoeiro apontou a instabilidade do sistema:



Portanto, como se observa, o sistema apresentou instabilidade durante o certame, o que causou prejuízo à Recorrente que se viu impedida de cobrir a proposta de preços da Recorrida.

Portanto, a mencionada instabilidade afetou a Recorrente, que estava devidamente logada, impedindo-a de prosseguir com seus lances.

Desta feita, tendo-se como objetivo principal da Administração Pública a contratação do objeto pelo menor preço para o erário, e tendo a Recorrente para si obstado o seu direito de apresentar lances na disputa de preços por conta de uma instabilidade no sistema, é condição *sine qua non* a anulação dos atos referentes à disputa de preços ocorrida e a retomada da fase da etapa de lances do pregão.

Assim, priorizando o princípio que prega a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração, a Recorrente requer que essa equipe de apoio diligencie junto ao departamento de Tecnologia da Informação do portal promovente, a apuração da mencionada instabilidade no ato da sessão pública deste certame.

Portanto, após verificada a mencionada instabilidade que culminou em patente prejuízo à Recorrente, e ainda à competitividade do presente certame, a revogação por parte dessa Administração da sessão pública, pautada em razões de estrito interesse público, é condição que se impõe.

Há que se manter acesa a chama dos Princípios da Competitividade e da Seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Cabe ressaltar que não havendo justificativa para que o direito da Recorrente oferecer os seus lances na disputa de preço tenha sido cerceado, bem como pelo fato de o interesse público ter sido ferido de morte, a decisão desta Administração em manter o *status* do certame, é diametralmente oposta ao quanto disposto na lei e na melhor doutrina.

Nessa esteira, a Lei Federal nº 13.655/2018, assim dispõe:

**Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.**

**Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (g/n)**

Em caso análogo, assim decidiram os nosso Tribunais:

**AGRAVANTE: Município de São José dos Pinhais AGRAVADO: SDI Tintas Ltda. RELATORA: Des. Lélia Samardã Giacomet. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO LIMINAR QUE SUSPENDEU O PROSSEGUIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO, EM RAZÃO DE POSSÍVEL ERRO NO SISTEMA QUE NÃO POSSIBILITOU O RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE INTERESSADO DEVIDAMENTE CADASTRADO. PRESENÇA DE INDÍCIOS DA OCORRÊNCIA DO ERRO ALEGADO. SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE. DECISÃO BEM FUNDAMENTADA QUE SE ENCONTRA VINCULADA AO LIVRE EXERCÍCIO DE**

**CONVENCIMENTO DO JUIZ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** Agravo de Instrumento Nº 882.418-0 do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – 1ª Vara Cível (g/n)

Como se observa, a posição do supramencionado Tribunal foi no sentido de conceder decisão liminar para suspender a continuidade dos atos administrativos praticados no certame até que houvesse a conclusão da apuração de possível colisão com os Princípios da Competitividade e Isonomia entre as empresas licitantes participantes da disputa.

Conforme exaustivamente apontado, a Administração Pública deve buscar sempre a proposta mais vantajosa, e no presente caso não há que se falar em outro objetivo, uma vez que a Recorrente certamente ofereceria, se não lhe fosse cerceado o direito de dar lances, preço mais vantajoso que o preço vencedor, e nesse sentido por medida de direito e justiça, a etapa de lances e os atos subsequentes praticados devem ser revogados, a fim de que a Recorrente possa retomar os lances, o que certamente culminará na obtenção de proposta mais vantajosa para esta Administração.

Neste sentido, o Decreto Federal nº 10.024/2019, artigo 50, assim dispõe:

***Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado. Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato. (g/n)***

A Lei nº 8.666/93, artigo 49, assim dispõe:

***Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.***

***§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.***

***§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.” (grifos nossos)***

***§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa. (g/n)***

Oras, cabe reiterar que o **processo licitatório** deve ser regido pelos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correspondentes, se assim houver, esta Administração, no presente certame, feriu de morte a base do Direito Administrativo.

Mais uma vez não existe tese defensável, diante da supressão de princípios constitucionais, em especial o da Isonomia, que isente esta Administração da responsabilidade pelo cerceamento do direito de a Recorrente participar em pé de igualdade com as demais empresas licitantes, ante a instabilidade do Portal.

Assim sendo, diante de tudo o quanto fora exposto, a decisão da revogação da etapa de lances do pregão para o item 01 e dos atos subsequentes referentes a esse item, se apresenta como a única decisão que não fere o interesse público, a lei e a melhor doutrina.

## **VI. DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL PELA RECORRIDA**

O presente processo licitatório tem como objeto **“a aquisição de gases medicinais para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.”**

Não há que se falar em ofensa ao princípio da proposta mais vantajosa, uma vez que os princípios norteadores da licitação pública devem ser entendidos em sua completude, e não interpretados isoladamente, ou privilegiando um em detrimento do outro.

Não se pode olvidar que a ADMINISTRAÇÃO DEVE SIM buscar seleção da proposta mais vantajosa, porém sem comprometer os demais princípios atinentes ao julgamento e processamento da licitação tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo das propostas.

### **a) DO NÃO ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

O edital seu item 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, assim dispõe:

#### **2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

##### **2.1. Comprovante de constituição da empresa:**

##### **2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;**

##### **2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;**



**2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado**, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

**2.1.4. Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

**2.1.5. Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

## 2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

Observando a documentação apresentada pela empresa Recorrida, verifica-se total afronta e desrespeito ao quanto disposto no edital no **subitem 2.1.3.**, uma vez que a Recorrida deixou de acostar o referido **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado** aos autos, sendo certo que o único documento referente foi a **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná**, que não supre a exigência do item 2.1.3, como segue:

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são válidas na data de sua expedição.

Nome Empresarial: ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA - EPP		Protocolo: PROC19172982	
NIRE: 41204583211		NIRE: 41204583211	
NIRE (Sede): 41204583211		CNPJ: 04.486.774/0001-25	Data de Ato Constitutivo: 05/06/2001
Início de Atividade: 01/07/2001			
Endereço Completo: Rua FRANCISCO SCHELLE, Nº 64, PARQUE SÃO PAULO - Cascavel/PR - CEP 85803-730			
Objeto Social: COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS; COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SOLDA, OXIGENOTERAPIA; HOSPITALARES, E SERVICOS DE CONserto E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS; E TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS.			
Capital Social: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)		Porte: EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Prazo de Duração: Indeterminado
Capital Integralizado: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)			
Dados do Sócio			
Nome: MARGARIDA MARIA TREVISAN NICOLLI	CPF/CNPJ: 554.587.509-00	Participação no capital: R\$ 175.000,00	Espécie de sócio: Sócio
Nome: AGIR NICOLLI	CPF/CNPJ: 335.512.199-15	Participação no capital: R\$ 175.000,00	Espécie de sócio: Sócio
Dados do Administrador			
Nome: AGIR NICOLLI	CPF: 335.512.199-15	Término do mandato: Indeterminado	
Último Arquivamento: 28/03/2017		Número: 20170563244	Ato/Evento: 002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		Situação: ATIVA	
		Status: SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/03/2024, às 11:31:27 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código 9JUBXGVB.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BUSCAIA  
Secretário(a) Geral

Veja Sr. Pregoeiro estamos diante de vícios insanáveis, já que a Recorrida, ora vencedora, **deixou de apresentar documentação exigida no edital, e assim sendo, infringindo a exigência editalícia**, ou

seja não apresentou corretamente a documentação de habilitação da licitação quanto a Habilitação Jurídica.

Oras nobre julgador, uma **Certidão Simplificada não se trata de um Contrato Social**, e querer ludibriar essa comissão de licitação, bem como as demais empresas licitantes não pode ser aceito por essa Administração.

Portanto, a fim de que não parem dúvidas, tampouco venha a Recorrida alegar que a sua Certidão Simplificada tem o mesmo peso e valor jurídico do Contrato Social, tem-se que o Contrato Social **é um documento jurídico que define as relações entre os sócios de uma determinada empresa, bem como os seus compromissos e direitos, onde, neste documento, também são apresentados o nome da companhia, o ramo de atuação e o endereço da sede.**

Importante salientar que a juntada da Certidão Simplificada não pode ser de forma alguma tido como um erro material no envio do documento, uma vez que a validade da certidão não pode ser corrigida posteriormente, por não se tratar de mero erro material.

Cabe ainda destacar que a juntada da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná não é capaz de suprir a exigência do edital, uma vez que o edital bem como o artigo 969 do Código Civil exigem o registro do Contrato Social onde opera.

Portanto, em afronta ao quanto disposto na Lei Civil, bem como no edital, a Recorrida deixou de cumprir exigência editalícia, e nesse sentido, só nos resta apontar que estamos diante de um vício insanável, já que a Recorrida, ora vencedora, **não apresentou o contrato social com registro na junta comercial local, no presente caso, na Junta Comercial do Estado do Paraná**, ou seja, não apresentou corretamente a documentação de habilitação da licitação, no tocante à habilitação jurídica.

A Recorrida apresentou a documentação incompleta, **CIENTE DE QUE O DOCUMENTO JUNTADO NÃO SUPRE A EXIGÊNCIA DO EDITAL, EM DESACORDO COM A DETERMINAÇÃO EDITALÍCIA E LEGAL, DEVENDO NESTE ATO SER DECLARADA COMO INABILITADA** pela sua desídia, devido o não atendimento ao princípio convocatório.

Ademais, denota-se que razão não a assiste a empresa Recorrida, por qualquer prisma que se analise a questão, haja vista que deixou de apresentar documento exigido como requisito para a sua habilitação.

Isto porque, ao participar do presente certame a Recorrida concordou com os termos do edital, bem como e por seguinte firmou compromisso de cumpri-lo integralmente, agora não pode agir como bem quer e acostar documento vencido, eis que se discordasse das exigências expressas no instrumento convocatório, deveria tê-lo impugnado em tempo adequado, antes de iniciada a fase competitiva.

Diante disso, ingressando na fase competitiva e deixando de apresentar documento exigido, em completa afronta ao edital, resta claro que a empresa Recorrida descumpriu as normas editalícias, inexistindo possibilidade de flexibilização de Normas impositivas no certame

Ora Nobre Julgador, o que se espera é que a Recorrida, infratora do instrumento convocatório, mantenha seu status de licitante inabilitada, e qualquer condição contrária a esta que lhe seja atribuída é motivo justo para trazer ao certame nulidade insanável.

Diante deste fato, a Recorrente indaga a esta D. Comissão e ao Nobre Julgador **como foi possível aceitar como hábil para cumprimento do subitem 2.1.3, Certidão Simplificada que não ostenta o número de cadastro municipal ?**

Perceptível que os licitantes engajados no procedimento devem ter um tratamento adequado, em que não haja imprevistos de qualquer espécie, a critério do Pregoeiro, o que não ocorreu in casu, posto que a vencedora foi claramente favorecida eis que acostou documento desatualizado, sabendo-se que o mesmo é extremamente importante para o atendimento do presente certame.

**b) DO NÃO ATENDIMENTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**b.1) DA NÃO APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PARA FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GASES MEDICINAIS EXPEDIDA PELA ANVISA e LICENÇA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA GASES**

O edital em seu item 10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

**10.7.2. Para qualificação do proponente:**

As documentações abaixo deverão ser apresentadas juntamente com a proposta da empresa após a etapa de lances para possibilitar a qualificação técnica do proponente e dos itens conforme constante abaixo:

- **Apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) ATUALIZADA da indústria fabricante ou envasadura do produto ofertado. No caso de o fornecedor ser uma distribuidora, a mesma deverá sua AFE e, também, apresentar a AFE do fabricante do produto ofertado expedida pelo Ministério da Saúde, exigência da Lei nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, RDC nº6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, RDC nº 32/2011, RDC nº 16/2014, demais legislações pertinentes tais como: Portaria nº 2.814, de 29 de maio de 1998, republicada em 18 de novembro de 1998; Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998, republicada em 07 de abril de 1999; Lei Federal nº 13.043/2014 - Capítulo II, artigo 99, 100 e anexo II. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.**

- Apresentar a Licença Sanitária atualizada da indústria fabricante ou envasadura do produto ofertado; no caso do fornecedor ser uma distribuidora, esta deverá apresentar a cópia autenticada da própria Licença Sanitária e, também dos fabricantes (local da fabricação do produto) do produto ofertado. Ressaltamos que, caso o fabricante do produto possua um local de fabricação e um centro de distribuição diferente, será obrigatória a apresentação da Licença Sanitária dos dois locais. Estando a licença vencida, deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da cópia da licença vencida.

Verifica-se que em relação à fornecedora White Martins a Recorrida apresentou a **Autorização de Funcionamento Específica – AFE e Licença Sanitária** correspondente.

Considerando que a Recorrida se apresenta como distribuidora de gases medicinais, é patente por parte da Recorrida o descumprimento ao ato convocatório, como segue:

- **NÃO APRESENTOU - LICENÇA SANITÁRIA PRÓPRIA PARA GASES**

Da análise da documentação acostada pela Recorrida, verifica-se que a **Licença da Vigilância Sanitária** apresentada não atende ao item 10.7.2, como segue:

**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA SANITÁRIA Nº 15/2023**

Certificamos em 05/04/2023 que conforme o Decreto Municipal nº 17156 de 12 de novembro de 2022 Art. 3º inciso IV, Art. 4º, Art. 9º § 1º, 2º, 3º e 4º, a atividade prevista de CNAEs 4684-2/00 (Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente) e 49.30-2-03 (Transporte Rodoviário de produtos perigosos, especificamente cilindros de gases medicinais e industriais), desenvolvidas pela empresa ECOLOGICA OXIGENIO LTDA., CNPJ nº 04.486.774/0001-25, sito a Rua Francisco Schelle, 64 - Parque São Paulo, Cascavel/PR, informada pelo Processo nº 45630/2023, está dispensada da emissão de Licença Sanitária, por se tratar de atividade enquadrada como baixo risco e risco condicionado.

Para o contribuinte informamos que o empreendedor não está dispensado de apresentar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade ou empreendimento, as normas sanitárias vigentes, sujeitando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

E por mais nada constar, datamos e assinamos.

Cascavel, 05 de abril de 2023

Isto porque o objeto licitado é claro e especificado em seu edital que se destina “a **aquisição de gases medicinais** para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.”

Verifica-se que a Atividade Licenciada **4684-2/99** da Recorrida em nada se assemelha ou se aproxima ao fornecimento de gases medicinais, não podendo enquadrar-se na esteira de **Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente**, conforme pesquisa no <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4684299&tipo=cnae&view=subclasse>.

A classificação é clara ao determinar que esta subclasse não compreende o comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano ([4644-3/01](#)).

Hierarquia	
Seção:	<b>G</b> COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Divisão:	<b>46</b> COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Grupo:	<b>46.8</b> Comércio atacadista especializado em outros produtos
Classe:	<b>46.84-2</b> Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos
Subclasse:	<b>4684-2/99</b> Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

**Esta subclasse não compreende:**

- o comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano ([4644-3/01](#))
- o comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso veterinário ([4644-3/02](#))
- o comércio atacadista de defensivos agrícolas, fertilizantes e corretivos do solo ([4683-4/00](#))
- o comércio atacadista de solventes para tintas, vernizes e similares ([4679-6/01](#))
- o comércio atacadista de produtos de limpeza e conservação domiciliar ([4649-4/08](#))

Neste sentido, o gás medicinal é classificado como um medicamento para uso humano.

Ainda, a Atividade Licenciada **4789-0/99** da Recorrida em nada se assemelha ou se aproxima ao fornecimento de gases medicinais, não podendo enquadrar-se na esteira de **Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente**, conforme pesquisa no [sítio https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4684299&tipo=cnae&view=subclasse](https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4684299&tipo=cnae&view=subclasse).

A classificação é clara ao determinar que esta subclasse não compreende o comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano ([4644-3/01](#)).

**Hierarquia**

Seção:	<b>G</b> COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Divisão:	<b>47</b> COMÉRCIO VAREJISTA
Grupo:	<b>47.8</b> Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados
Classe:	<b>47.89-0</b> Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente
Subclasse:	<b>4789-0/99</b> Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

**Esta subclasse não compreende:**

- o comércio varejista de produtos da flora medicinal ([4771-7/03](#))
- o comércio varejista de produtos saneantes domissanitários ([4789-0/05](#))
- o comércio varejista de extintores de incêndio para veículos automotores ([45.30-7](#))
- o comércio varejista de embalagens de papel e papelão ([4761-0/03](#))

Desta feita, a Recorrida se apresentar como uma empresa distribuidora de gases medicinais **sem que possua Licença Sanitária** para tanto é uma afronta ao Princípio da Isonomia, uma vez que o objeto do presente edital é a **“aquisição de gases medicinais para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.”**.

O objeto do edital é claro ao demonstrar a destinação dos gases medicinais, e nesse sentido não podem pairar dúvidas acerca da qualificação do fornecedor, uma vez que o objeto é destinado ao suporte à vida.

Dessa forma, se comprova que a documentação apresentada não está em conformidade com a exigência do edital e, da mesma forma, não atende a legislação da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária vigente.

Ora Sr. pregoeiro, desta forma, uma vez exigida a apresentação da documentação retro relacionada, a ausência desta ou mesmo a apresentação de **CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA SANITÁRIA Nº 15/2023**, qual seja uma documentação deficitária, denota **o não cumprimento da apresentação de documentação apontada no edital**, não existindo, ainda no edital nenhuma menção de que as empresas licitantes, para participação do processo licitatório pudessem apresentar documento desconforme ou mesmo deixar de apresentar tal documentação.

A exigência do rol de documentos supra deve ser cumprida, por si só, bem como se fundamenta na segurança e necessidade de atendimento aos critérios estabelecidos em lei e à regulamentação específica estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, visando minimizar eventuais riscos associados ao produto ofertados a esta Administração Pública.

Cabe destacar que **“gases industriais são fabricados para uso em diversos segmentos da indústria, incluindo petróleo e gás, petroquímica, química, energia, mineração, siderurgia, metais,**

proteção ambiental, farmacêutica, biotecnologia, alimentos, água, fertilizantes, energia nuclear, eletrônica e aeroespacial, ou seja, **a Recorrente apresentou como Atividade secundária o Comércio Atacadista de outros Produtos Químicos e Petroquímicos** e nada que se refira a atividade de comercialização de **GASES MEDICINAIS**.

Impende evidenciar que **gases medicinais e gases industriais, são gases com aplicação totalmente distintas**.

Insta salientar, que o gás oxigênio medicinal, entre outros gases, objeto do presente processo licitatório é Regulamentado pela ANVISA e considerado como **MEDICAMENTO**, portanto, há uma legislação específica a se cumprir para as empresas do ramo.

Destacamos o que dispõe o Portal da Anvisa sobre os gases medicinais:

***“O que são gases medicinais?”***

***São medicamentos na forma de gás, gás liquefeito ou líquido criogênico isolados ou associados entre si e administrados em humanos para fins de diagnóstico médico, tratamento ou prevenção de doenças e para restauração, correção ou modificação de funções fisiológicas.***

***Os gases medicinais são utilizados em hospitais, clínicas de saúde ou outros locais de interesse à saúde, bem como em tratamentos domiciliares de pacientes.***

***São exemplos de gases medicinais: oxigênio medicinal; ar sintético medicinal; óxido nitroso medicinal e dióxido de carbono medicinal.”***  
***(<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/medicamentos/produtos/gases-medicinais/informacoes-gerais>). (grifos nossos)***

No mesmo Portal consta que sendo o produto fornecido gás medicinal, este deve ser regularizado perante a ANVISA, senão vejamos:

***“Alinhada com as tendências internacionais de classificar estes produtos como medicamentos, e considerando as especificidades dos gases medicinais, a ANVISA publicou as Resoluções, RDC n. 69 e n. 70, de 1º de outubro de 2008.***

***A RDC n. 69/2008 estabelece as Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais e a RDC n. 70/2008 estabelece a lista de gases medicinais de uso consagrado e de baixo risco sujeitos a notificação e os procedimentos para a notificação. Os gases medicinais não relacionados na lista da RDC 70/2008 devem ser submetidos a registro junto a ANVISA.”***

Conforme cita o Portal da Anvisa, assim consta na RDC 69/2008 e a RDC 70/2008:



**“RESOLUÇÃO-RDC No- 69, DE 10- DE OUTUBRO DE 2008 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais.**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria No- 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, e considerando a competência da Anvisa para regulamentar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, estabelecida no art. 8º da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

**considerando que um gás medicinal é um gás ou mistura de gases destinados a tratar ou prevenir doenças em humanos ou administrados a humanos para fins de diagnóstico médico ou para restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas;**

considerando que a **produção de gases medicinais é um processo industrial especializado**, o qual não se realiza em laboratórios farmacêuticos tradicionais, de modo a ser necessário definir as especificidades inerentes a esta produção e ao respectivo controle de qualidade.

(...)

## **2. ABRANGÊNCIA**

2.1 Este Regulamento se aplica às **empresas fabricantes de gases medicinais em todo o território nacional.**

2.2 Este Regulamento se aplica não somente à empresa que produz o gás medicinal, mas todas aquelas que, sem realizar o processo completo, participam do controle, da elaboração de alguma etapa do processo, do fracionamento, do acondicionamento, DA DISTRIBUIÇÃO, DO TRANSPORTE E DA IMPORTAÇÃO DO GÁS MEDICINAL. (g/n)”

**“RESOLUÇÃO-RDC No- 70, DE 1 DE OUTUBRO DE 2008 - Dispõe sobre a notificação de Gases Medicinais**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria No- 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, Definições:

(...)

**3.1.5 Gases medicinais** - gás ou mistura de gases destinados a tratar ou prevenir doenças em humanos ou administrados a humanos para fins de diagnóstico médico ou para restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.

(...)

**3.1.7 Recipiente** - qualquer embalagem que esteja em contato direto com o gás medicinal como, por exemplo, tanque, caminhão tanque ou **cilindro**.



(...)

Nesse sentido, é imprescindível a apresentação da Autorização de Funcionamento para distribuir, armazenar, expedir e importar produtos para saúde emitida pela ANVISA, e a empresa que não possui essa Autorização **NÃO ESTÁ DEVIDAMENTE LICENCIADA PELA ANVISA para o fornecimento de gases medicinais**, quer dizer que a empresa **NÃO ESTÁ DE ACORDO COM A LEI**.

Face o exposto, a Recorrente ratifica que a fabricação e **COMERCIALIZAÇÃO DE GASES MEDICINAIS, SEM A LICENÇA SANITÁRIA PARA TAL FIM, É CONSIDERADO INFRAÇÃO SANITÁRIA.**

Vale ainda ressaltar que conforme dispõe a infração sanitária no art. 10. da Lei Federal Nº 6.437 de 20 de agosto de 1977:

São infrações sanitárias:

IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou re-embalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, **MEDICAMENTOS (OXIGÊNIO GASOSO)**, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos), embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, **sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:**

**Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa. (g/n)**

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 22:

**Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros, quanto aos essenciais, contínuos. (g/n)**

Portanto, para que a Administração Pública possa oferecer serviços adequados, eficientes e seguros, esta, no mínimo, deverá efetuar suas compras de forma Legal, observando também a Legislação Sanitária, pois em consonância, dispõe o art. 39:

Art. 39. **É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços**, dentre outras práticas abusivas:

**VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)"**

Desta feita, sendo o oxigênio gasoso medicinal caracterizado como medicamento, conforme a RDC 70/2008, o produto necessitará de autorização específica do Ministério da Saúde, para ser extraído,

produzido, fabricado, embalado ou re-embalado, importado, exportado, armazenado, expedido ou **distribuído(comercializado)**.

A ausência de comprovação de regularidade da Recorrida quando não apresenta os documentos exigidos nos subitens supra mencionados, deixa claro que, a Recorrida **NÃO POSSUI AS DEVIDAS AUTORIZAÇÕES e LICENÇAS PARA O FORNECIMENTO DE GASES, DESSA FORMA SENDO INDEVIDA A SUA HABILITAÇÃO.**

O conjunto do quanto antes narrado, aponta que a **RECORRIDA ESTÁ EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA.**

- **NÃO APRESENTOU - AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PRÓPRIA PARA GASES**

Considerando que a Recorrida é uma distribuidora, da análise da documentação acostada, verifica-se a ausência da sua respectiva **AFE - Autorização de Funcionamento para comercialização/distribuição de gases medicinais.**

O edital é claro:

- **Apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) ATUALIZADA da indústria fabricante ou envasadura do produto ofertado. No caso de o fornecedor ser uma distribuidora, a mesma deverá sua AFE e, .....**

Ora, nobre julgador, a Recorrida deixou de acostar a sua **AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA para comercializar/distribuir gases medicinais**, contrariando a exigência editalícia.

Isto porque o objeto licitado e especificado no edital: **“aquisição de gases medicinais para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.”**.

A Recorrida trouxe aos autos somente a AFE da **da indústria fabricante ou envasadura do produto ofertado**, o que não cumpre a exigência referente ao item 10.7.2 do edital.

Dessa forma, se comprova que a documentação apresentada não está em conformidade com a exigência do edital e, da mesma forma, não atende a legislação da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária vigente.

Ora, desta forma, uma vez exigida a apresentação da documentação retro relacionada, a ausência desta ou mesmo a apresentação de documentação deficitária denota o não cumprimento da apresentação

de documentação apontada no edital, não existindo, ainda no edital nenhuma menção de que as empresas licitantes, para participação do processo licitatório pudessem apresentar documento desconforme ou mesmo deixar de apresentar tal documentação.

A exigência do rol de documentos supra deve ser cumprida, por si só, bem como se fundamenta na segurança e necessidade de atendimento aos critérios estabelecidos em lei e à regulamentação específica estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, visando minimizar eventuais riscos associados ao produto ofertado à esta Administração Pública.

A ausência de comprovação de regularidade da Recorrida quando não apresenta os documentos exigidos no edital, deixa claro que, a Recorrida **NÃO POSSUI AS DEVIDAS AUTORIZAÇÕES e LICENÇAS, DESSA FORMA SENDO INDEVIDA A SUA HABILITAÇÃO.**

O conjunto do quanto antes narrado, aponta que a **RECORRIDA ESTÁ EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA.**

Destacamos a base legal que corrobora a exigência dos documentos acima apontados:

A **Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976**, dispõe sobre vigilância sanitária sujeita a **medicamentos**, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, saneantes e outros.

“Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.”(g/n)

“Art. 2º Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art.1 as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.”

“Art. 10. É vedada a importação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e demais produtos de que trata esta Lei, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Compreendem-se nas exigências deste artigo as aquisições ou doações que envolvam pessoas de direito público e privado, cuja quantidade e qualidade possam comprometer a execução de programas nacionais de saúde”(g/n)

**“TÍTULO II**  
**Do Registro**

Art. 12. Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.”(g/n)

#### “TÍTULO IV

##### **Do Registro de Correlatos**

Art. 25. Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao consumo e exposição à venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro.”(g/n)

#### “TÍTULO VIII

##### **Da Autorização das Empresas e do Licenciamento dos Estabelecimentos.**

**Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização do Ministério da Saúde, à vista da indicação da atividade industrial respectiva, da natureza e espécie dos produtos e da comprovação da capacidade técnica, científica e operacional, e de outras exigências dispostas em regulamento e atos administrativos pelo mesmo Ministério.**

**Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser renovada sempre que ocorrer alteração ou inclusão de atividade ou mudança do sócio ou diretor que tenha a seu cargo a representação legal da empresa.**

**Art. 51. O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.**

**Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser renovada sempre que ocorrer alteração ou inclusão de atividade ou mudança do sócio ou diretor que tenha a seu cargo a representação legal da empresa.”(g/n)**

A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dispõe:

*“Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:*

***VII - autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 8º desta Lei e de comercialização de medicamentos; (Redação dada pela MP nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001)***

***IX - conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação;”(g/n)***

A não observação do disposto nas leis vigentes que regem a matéria, deixa em aberto a possibilidade desta Administração contratar empresa que ofereça o objeto sem a devida Autorização de

Funcionamento emitida junto à ANVISA, bem como sem o devido Certificado de Isenção de registro para gases Medicinais, relativos ao Objeto Licitado para o item 08.

É no nosso sentir indiscutível que está clara a razão da impossibilidade da aceitação da Recorrida como empresa habilitada para o fornecimento do objeto licitado.

Ou seja, admitir e aceitar a documentação para fins de Habilitação Jurídica sem a devida documentação retro relacionada, contraria o que dispõe a legislação vigente e o próprio edital, é coadunar com a empresa licitante em não atuar na forma que exige a Legislação e assumir os riscos e consequências que a situação impele.

Sendo assim, verifica-se que a empresa não possui em sua documentação sequer a devida **Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA** para o devido fornecimento do objeto do edital.

Ademais, imperioso ressaltar, que não há dúvida legal quanto a **exigência de emissão da referida autorização que tenha que ser emitida por estabelecimento**, conforme previsto na Legislação da RDC 16/2014 sobre o tema, conforme pode-se verificar:

#### **RDC 16/ 2014**

*Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.*

(...)

*Art. 3º A **AFE é exigida de cada empresa** que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.*

*Parágrafo único. A **AFE é exigida de cada estabelecimento** que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde.*

(...)

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO PETICIONAMENTO E ANÁLISE**

*Art. 9º O **requerimento de concessão, renovação, cancelamento, alteração, retificação de publicação, cumprimento de exigência e aditamento**, bem como a interposição de recurso administrativo contra o indeferimento de pedidos relativos aos **peticionamentos de AFE e AE de empresas e estabelecimentos** que realizem as atividades abrangidas por esta Resolução dar-se-á por meio de peticionamento eletrônico ou peticionamento manual.*

Art. 10. Os critérios para o peticionamento, o recolhimento de taxa e as atividades inerentes a cada tipo de AFE e AE estão estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006.

**§ 1º A AFE deve ser peticionada por cada empresa que realiza atividades com medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, utilizando-se o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz da empresa, e é extensiva a todos os estabelecimentos filiais.** (g/n)

Diante dos transcritos da norma, nota-se a previsão expressa de que o peticionamento da AFE para produtos para a saúde, deve ser por estabelecimento, utilizando-se o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento que irá realizar a atividade peticionada.

As Autorizações de Funcionamento (AFE) de empresas que realizam atividades com medicamentos (inclusive os gases medicinais) devem ser peticionadas apenas no **CNPJ da matriz da empresa**, e é extensiva a todos os estabelecimentos filiais.

No caso de atividades realizadas com produtos para saúde, o peticionamento da AFE deve ser **por estabelecimento**, ou seja, a AFE deve ser peticionada no **CNPJ que irá realizar a atividade**.

Reiteramos o disposto na Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, sobre vigilância sanitária sujeito a medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, saneantes e outros.

#### **“TÍTULO VIII**

##### **Da Autorização das Empresas e do Licenciamento dos Estabelecimentos.**

Art. 50. **O funcionamento das empresas** de que trata esta Lei **dependerá de autorização do Ministério da Saúde, à vista da indicação da atividade industrial respectiva, da natureza e espécie dos produtos e da comprovação da capacidade técnica, científica e operacional**, e de outras exigências dispostas em regulamento e atos administrativos pelo mesmo Ministério.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser renovada sempre que ocorrer alteração ou inclusão de atividade ou mudança do sócio ou diretor que tenha a seu cargo a representação legal da empresa.

**Art. 51º.** O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde **e de serem atendidas, em cada estabelecimento**, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.”(g/n)

Por último e não menos importante, se verifica a transparência do tema no próprio site da ANVISA que regula sobre a matéria:

<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/autorizacao-de-funcionamento/matriz-e-filial>

## Regularização de empresas - Autorização de Funcionamento

### Matriz e Filial

#### 1. A Autorização de Funcionamento (AFE) engloba matriz e filial?

As Autorizações de Funcionamento (AFE) de empresas que realizam atividades com medicamentos (inclusive os gases medicinais), insumos farmacêuticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e saneantes devem ser peticionadas apenas no CNPJ da matriz da empresa, e é extensiva a todos os estabelecimentos filiais.

No caso de atividades realizadas com produtos para saúde, o peticionamento da AFE deve ser por estabelecimento, ou seja, a AFE deve ser peticionada no CNPJ que irá realizar a atividade. Nesses casos, a matriz ainda que seja um escritório também necessita ter AFE, visto que essa detém primazia nas atividades da empresa e que não há previsão legal de isenção.

#### Importante:

Independentemente de a concessão da AFE da matriz ser ou não estendida às filiais, cada estabelecimento (matriz e filiais) que realiza atividade com produto passível de AFE deve possuir as licenças dos órgãos locais de vigilância sanitária.

O cadastro das filiais deve ser realizado e mantido atualizado pela empresa no banco de dados da Anvisa.

Em rápida análise percebe-se que qualquer empresa que fabrique e/ou comercialize equipamentos destinados à saúde deverá ter e apresentar Autorização de Funcionamento para gases expedidos pela ANVISA.

A exigência acima é necessária uma vez que há empresas distribuidoras de gases no mercado que adquirem gases industriais (por serem mais baratos) e comercializam como se os referidos produtos fossem gases medicinais (inclusive essa ocorrência vem sendo noticiada com frequência pela imprensa do país – vide link abaixo), muito embora não possuam as características necessárias para serem enquadrados para uso na área da saúde;

<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/11/gaeco-faz-operacao-no-pr-contradulteracao-de-oxigenio-hospitalar.html> (SR. JULGADOR FAVOR ACESSAR LINK)





Segundo as investigações, cilindros industriais eram vendidos como se fossem medicinais (Foto: Wilson Kirsche / RPC)

Dessa forma, para que a qualificação técnica da empresa Recorrida esteja em conformidade com as normas da lei, deve a mesma apresentar a competente **AFE - Autorização de Funcionamento da empresa expedida pela ANVISA**, e, assim não fazendo, tem-se que a mesma não atende a legislação da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária vigente, motivo pelo qual a **DESCCLASSIFICAÇÃO E INABILITAÇÃO** da empresa Recorrida é medida que se impõem.

## **VII. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.**

É sabido que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação e ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustraria a própria razão de ser da licitação e, ainda, violaria os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como os **Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Julgamento Objetivo e Igualdade**.

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput), bem como a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).



O **Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório** constitui uma garantia, que vincula tanto a Administração Pública quanto às licitantes. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do Princípio do Procedimento Formal que determina que a Administração observe as regras por ela própria lançadas no instrumento convocatório que convoca e rege a licitação.

De acordo com o posicionamento de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes.

O Tribunal Regional Federal 2ª Região proferiu:

“Em se tratando de licitação pública **vige o princípio da estrita obediência ao instrumento convocatório, que vincula tanto a Administração como todos os participantes**. Sendo descumpridas quaisquer de suas normas, sujeita-se ao candidato infrator às sanções previamente estabelecidas. No caso, a empresa Agravada foi excluída do certame por desatender aos itens 1.1 e 3 previstos no edital. Qualquer outra solução levada a efeito pela Agravante, **que não a de desclassificar a Agravada, provocaria a completa inversão de valores desafiando-se a todos os demais princípios norteadores da Administração Pública**. Agravo Provido. Liminar não referendada.” (TRF 2ª R. – AI 97.02.43008-9-RJ-2ª T. – Rel. Des. Fed. Sérgio Feltrin Corrêa – DJU 23.01.2001 – p. 49) (g/n).

E como garantia desta igualdade, a Lei 14.133/21 instituiu a obrigatoriedade de observar e cumprir as disposições do instrumento convocatório, tanto por parte da administração pública, quanto por parte das empresas participantes. Este princípio pode ser verificado no art. 65, caput, da Lei nº 14.133/21:

**“Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.”.**(g/n)

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, preceituado no art. 5º, da Lei das Licitações, tem a finalidade específica de instruir o administrador a não se desviar das regras e determinações estabelecidas previamente à licitação. O ato convocatório presta-se a regulamentar o procedimento licitatório e estabelecer as condições de participação e julgamento. Todos que participam do certame têm ciência e conhecimento das regras, tendo plena consciência de que o descumprimento de qualquer das exigências levará à sua exclusão da disputa.

Pelo princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, toda e qualquer exigência constante do edital deve ser considerada importante e essencial à Administração, pois, caso contrário, nem deveria constar do ato convocatório. Dessa forma, se a exigência faz parte do Edital, deve ser obedecida por todos os licitantes.

Segundo a Ilustre jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das*

*propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).*

*Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.*

*Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.” (g/n)*

Neste seguimento, cabe transcrever trecho do Acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ.

**“REsp n. 421.946-0 - DF. Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO. Primeira Turma. Unânime. Data do julgamento: 7.2.2006.**

*Administrativo. Licitação. Descumprimento de regra prevista no edital licitatório. Art. 41, caput, da Lei n. 8.666/1993. Violação. Dever de observância do edital.*

*(...) II - O art. 41 da Lei n. 8.666/1993 determina que: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

*III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da república. Outra não seria a necessidade do vocábulo “estritamente” no aludido preceito infraconstitucional.*

*IV - “Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei n. 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.”(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385)*

V - Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se “estritamente” a ele”. (g/n)

Conclui-se que a decisão de manter a empresa Recorrida habilitada e vencedora não deve prosperar pois a mesma **NÃO ATENDE À EXIGÊNCIA DO EDITAL**.

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput), bem como a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Leciona Gasparini que:

*“Todos devem ser tratados por ela igualmente tanto quando concede benefícios, confere isenções ou outorga vantagens como quando prescreve sacrifícios, multas, sanções, agravos. Todos os iguais em face da lei também o são perante a Administração . Todos, portanto, têm o direito de receber da Administração o mesmo tratamento, se iguais. Se iguais nada pode discriminá-los. Impõe-se aos iguais, por esse princípio, um tratamento impessoal, igualitário ou isonômico. É o princípio que norteia, sob pena de ilegalidade, os atos e comportamentos da Administração direta e indireta. É, assim, um dos direitos individuais consagrados tanto à proteção dos brasileiros como dos estrangeiros submetidos à nossa ordem jurídica.”(g/n)*

Assim ensina Meirelles que:

*“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais (art. 3º, §1º). O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.”(g/n)*

Segundo a Ilustre professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“O princípio da igualdade constitui um alicerce da licitação, na medida em que este visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. **Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.***

*No §1º, inciso I do artigo 3º da Lei 8.666/93, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia.”(g/n)*

Sobre a obrigatoriedade de observância do Princípio da Isonomia, assim já se manifestou nossos Egrégios Tribunais:

**TJ-DF - Remessa de Ofício RMO 20130111772162 DF 0010268-39.2013.8.07.0018 (TJ-DF) -**

**Data de publicação: 13/10/2014**

**Ementa: ADMINISTRATIVO. REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE LICITAÇÃO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. DISPOSIÇÕES CLARAS E PARÂMETROS OBJETIVOS. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS. CRITÉRIO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA COMPETITIVIDADE. E DA IMPESSOALIDADE.** 1. O edital de licitação não pode dar margem a dúvida interpretativa, devendo indicar obrigatoriamente o critério de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (art. 40 , VII , da Lei n. 8.666 /93), como forma de garantir a ampla competição e o respeito ao **princípio da isonomia**. 2. O instrumento convocatório deve obedecer ao critério do julgamento objetivo, com a finalidade de impedir interpretações subjetivas que possam subverter os **princípios da impessoalidade e da legalidade**. 3. A concessão de prazo para apresentação de documentos em favor de apenas alguns licitantes em detrimento de outros, configura hipótese de violação aos princípios da isonomia, da ampla competição, da impessoabilidade e da legalidade. 4. Remessa de Ofício conhecida e não provida.

**TJ-DF - AGRAVO INOMINADO AGI 20080020031837 DF (TJ-DF)Data de publicação: 08/09/2008**

**Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME. PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, DA ESTRITA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA.** 1.O RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME, SEM A FEITURA DE CONCESSÕES, CARACTERIZA RESPEITO À SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ESTRITA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA. 2.PAUTAR-SE DE ACORDO COM A ESTRITA LEGALIDADE SIGNIFICA AGIR DE ACORDO COM A NORMA QUE REGULA O CASO CONCRETO, SEM A ABERTURA DE EXCEÇÕES QUE DEPENDAM DA ANÁLISE SUBJETIVA DO AGENTE PÚBLICO, EXTRAPOLANDO OS LIMITES TRAÇADOS PELA LEI. 3.EM SE TRATANDO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, O ATUAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE ENCONTRA VINCULADO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, SIGNIFICANDO QUE ELA NÃO PODE AGIR COM VISTAS A PREJUDICAR OU BENEFICIAR PESSOAS DETERMINADAS, UMA VEZ QUE É SEMPRE O INTERESSE PÚBLICO QUE TEM DE NORTEAR O SEU COMPORTAMENTO. 4.A CONDUTA EM DEBATE CONFERE TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO, IMPEDINDO QUE JULGAMENTO DO AGENTE ADMINISTRATIVO, COM BASE EM CRITÉRIOS PESSOAIS DE RAZOABILIDADE, POSSAM INTERFERIR NA SELEÇÃO OBJETIVA DO CANDIDATO QUE MELHOR ATENDE À FINALIDADE PÚBLICA EXPRESSA NA LEI. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.

Pois bem, ao manter a vitória da Recorrida a Administração Pública atuará em desconformidade

com o que determinou no instrumento convocatório, contrariando princípios aqui já mencionados, com a possível instauração da arbitrariedade nas decisões relativas aos procedimentos licitatórios, o que é inaceitável em se tratando de contratações envolvendo interesse público.

Por todo exposto, a Air Liquide Brasil Ltda., ciente da seriedade desse renomado órgão, bem como desta comissão de licitação, requer a análise desta peça e aos fatos trazidos, em que pugna que a decisão que declarou a empresa Recorrida habilitada e vencedora, neste processo seja reconsiderada, para que ela seja declarada inabilitada/desclassificada por descumprimento às exigências contidas no ato convocatório.

Neste diapasão, requer de acordo com os fatos, disposições legais e doutrinárias trazidas a V.Sa., que Vosso posicionamento seja reavaliado e retificado, sob pena de restar frustrado todo o procedimento licitatório realizado.

#### **VIII. PEDIDO.**

Na esteira do exposto, a **RECORRENTE PEDE O ACOLHIMENTO** desta petição como RECURSO, e requer:

1) Seja **reconsiderada** a decisão de Vossa Senhoria que declarou a empresa **ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA** habilitada e vencedora neste processo, estabelecendo seu julgamento de acordo com os preceitos e normas que regem as licitações públicas, **DECLARANDO A RECORRIDA DESCLASSIFICADA/INABILITADA NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.**

Caso o (a) Sr (a). Pregoeiro (a) não reforme a referida decisão, encaminhe este RECURSO devidamente informado à Autoridade Superior, em conformidade com o artigo 71, da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo (SP), 16 de abril de 2024.

---

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA